UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS A. C. SIMÕES INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

EDUARDO MACIEL ALEXANDRE ANTÔNIO MARIA CARDOSO WAGNER

ORIGENS DA ÉTICA: HISTÓRIA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

RESUMO

O trabalho seguinte aborda a evolução histórica da ética desde sua conceituação até seus principais pensadores na tradição ocidental, passando por suas manifestações ao longo das eras, como a ética romana, medieval, moderna e contemporânea. Ele explora a influência de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles na construção do pensamento ético e conclui ressaltando a importância da ética no contexto atual, especialmente na interseção entre computação, sociedade e ética, fornecendo uma base sólida para compreender questões éticas na área de Ciência da Computação.

Palavras-chave: ética; moral; etimologia; história; computação; contemporâneo.

ABSTRACT

The following work addresses the historical evolution of ethics from its conceptualization to its main thinkers in the Western tradition, passing through its manifestations throughout the ages, such as Roman, medieval, modern and contemporary ethics. It explores the influence of philosophers such as Socrates, Plato and Aristotle in the construction of ethical thinking and concludes by highlighting the importance of ethics in the current context, especially in the intersection between computing, society and ethics, providing a solid basis for understanding ethical issues in the area of Computer Science.

Keywords: ethics; moral; etymology; history; computation; contemporary.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 O que é ética?	5
2.1 O surgimento da ética	7
2 DESENVOLVIMENTO	9
2.1 Os principais pensadores da ética ocidental	9
2.1.1 Sócrates	9
2.1.2 Platão	11
2.1.3 Aristóteles	12
2.2 A ética ao longo da história	14
2.2.1 Ética Romana	15
2.2.2 Ética Medieval	17
2.2.2.1 As influências da Ética Medieval	17
2.2.2.2 A concepção medieval do homem e o problema do mal	20
2.2.2.3 Os principais representantes da ética medieval	21
2.2.2.4 A ética Deontológica de Agostinho	21
2.2.2.5 Tomás de Aquino	23
2.2.3 Ética Moderna	24
2.2.3.1 David Hume	25
2.2.3.2 Immanuel Kant	25
2.2.3.3 Imperativo Categórico	26
2.2.3.4 Os tipos de imperativos	26
2.2.3.5 O princípio de universalização	26
2.2.3.6 John Stuart Mill e Bentham	26
2.2.4 Ética Contemporânea	27
2.2.4.1 Existencialismo cristão e ateísta	28
2.2.4.1 Marxismo	30
2.2.4.1 Pragmatismo	30
3 CONCLUSÃO	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 O que é ética?

A conceituação de ética, uma abstração de tamanha complexidade, pode tornar-se dificultada se não analisada de maneira minuciosa desde seu princípio. Assim sendo, temos como primeiro objeto de estudo sua etimologia, a fim de compreender por completo o significado da palavra, desde sua origem.

A palavra "ética" tem origem no termo grego "ethos", o qual forma a raiz de outra palavra semelhante, "ethikos" (ἠθικός), que significa "moralidade". "Ethos", em grego, possui duas grafias: ηθοζ (êthos) e ϵ θοζ (éthos). De acordo com Figueiredo (2008), essa dupla grafia não é gratuita, pois reúne uma diversidade de significados que, ao longo do tempo, distanciaram-se do seu sentido original.

Evidencia-se necessário estudar a diferença das grafias, tendo em vista que as constantes controvérsias sobre o que se entende por ética "[...] devem-se, em grande parte, aos diversos significados da palavra primitiva ethos e à sua tradução para o latim mos." (FIGUEIREDO, A. M. Ética: origens e distinção da moral. Saúde Ética & Justiça, 2008, p. 2)

A primeira grafia, $\eta\theta$ o ζ (êthos), vem a possuir dois sentidos, sendo o primeiro relacionado à proteção, significando "morada", "abrigo" e "lugar onde se habita". Era utilizada, primordialmente, na poesia grega com referência aos pastos e abrigos onde os animais, como os cavalos, habitavam e eram criados.

"Mais tarde, aplicou-se aos povos e aos homens no sentido de seu país. Depois, por extensão, à morada do próprio homem, isto é, refere-se a uma habitação que é íntima e familiar, é o "lar", um lugar onde o homem vive. É o lugar onde é mais provável de se encontrar o eu real." (FIGUEIREDO, 2008, p. 2, grifo nosso). Este primeiro sentido, pois, sendo o mais antigo da palavra, remete ao sentido íntimo e pessoal dos indivíduos, sendo sua morada um local em que são manifestados seus hábitos, comportamentos e características. Nesse contexto, entende-se que, conforme este primeiro conceito, "cada um tem sua própria ética".

Adentrando o âmbito do segundo conceito, assume-se um retorno à concepção histórica a partir de Aristóteles, e, consequentemente, uma representação de sentido mais próxima à concepção filosófica ocidental. Suprindo maior interesse à ética por ter como significado "modo de ser" ou "caráter", esse

sentido, no entanto, apresenta um sentido bem mais amplo em relação ao dado atualmente à palavra ética.

Abordando agora a conceituação da segunda grafia, $\epsilon\theta$ o ζ (éthos), tem-se como tradução "hábitos" ou "costumes", referindo-se à formação do caráter moral mediante as decisões pessoais e particulares que são feitas durante a vida cotidiana. Isto posto, tendo em vista as dificuldades de interpretação que a semântica da palavra ethos pode desenvolver, é fácil compreender por quais motivos os autores costumam simplificar o conceito.

Diante das dificuldades de interpretação do conteúdo semântico da palavra ethos, não é sem motivo que os autores costumam simplificar. De acordo com Figueiredo (2008), muitos generalizam e definem a ética como "modo de ser" ou "caráter" como algo adquirido pelo homem ao longo de seu crescimento, "[...] Ou então, a "ética é derivado [sic] do grego ethikos – aquilo que se relaciona com o ethos ou caráter" (apud Palmer M., 2002, p. 15).

Ao longo do tempo, o conceito de "ethos" evoluiu para incluir as normas, valores e modos de conduta que caracterizam uma sociedade ou um grupo específico. Segundo Victoria et al. (1992), "todo ser humano é dotado de uma consciência moral, que o faz distinguir entre certo ou errado, justo ou injusto, bom ou ruim", sendo, dessa maneira, "capaz de avaliar suas ações", e, consequentemente, capaz de ética.

Vale ressaltar que a ética, abrangente em significado, molda-se e adequa-se aos contextos em que está inserida. Dessarte, diferentes épocas, culturas e sociedades expressam a ética de maneira diferente, visto que "[...] Esta vem a ser os valores, que se tornam os deveres, incorporados por cada cultura e que são expressos em ações." (CAMPS, Victoria et al. Historia de la ética. Crítica, 1992., p.1)

Mesmo que muitas vezes equiparada à ética, tanto em dicionários, quanto em discussões interpessoais, ética e moral não são necessariamente a mesma coisa. A moral pode ser definida, introdutoriamente, como um conjunto de valores, normas e princípios seguidos de maneira individual e livre. Nesse contexto, em contraposição ao cenário ético, o indivíduo possui relativa liberdade de escolha, independente das consequências que eventuais atitudes possam causar ao corpo social, visto que tais ações refletem o caráter do indivíduo que as pratica.

Todavia, sabe-se que, em um contexto social, tal liberdade irrestrita não constata um cenário real, visto que a coletividade restringe as posturas julgadas debilitantes à totalidade da população inserida naquele contexto. Espera-se de um cidadão ético, portanto, que compreenda, "[...] antes de tudo, as disposições do homem na vida, seu caráter, seus costumes e, naturalmente, também a sua moral." (FIGUEIREDO, A. M. Ética: origens e distinção da moral., 2008)

A compreensão da distinção entre ética e moral faculta, por conseguinte, a compreensão de que a sociedade, de um modo geral, possui como prioridade a busca pelo bem-estar de seus componentes, seja pela criação de leis e normas que estabeleçam um cânone a ser adotado pela completude de seus integrantes, seja pela coerção de comportamentos por meio de uma força maior, o Estado, que se faça responsável por assegurar a ordem e a justiça a toda a população.

Inserida em um contexto particular, a deturpação moral caracteriza-se como a deterioração da construção do pensamento virtuoso, uma vez que "No âmbito da filosofia moral, o conceito de virtude é considerado um traço de caráter de uma pessoa que a leva a agir corretamente de forma habitual." (CRUZ, J. S. Ética das virtudes: em busca da excelência., 2020)

Diferentemente da ética, a moral vem a ser compreendida como o conjunto de ações individuais baseadas em um determinado conjunto de crenças e valores postos em prática devido a um sentimento de obrigatoriedade fundamental, visto que, segundo La Taille (2006), a moralidade se expressa no ser humano a partir do sentimento que este tem de obrigatoriedade, mesmo quando não há leis que o obriguem a agir. Tal sentimento é visto como "[...] fundamental para a conduta ética do ser humano, como forma de garantia pessoal da moralidade, para que este não aja de forma ética somente quando há risco de punição." (FERREIRA, Tássia Fernandes; ANDRADE, Francisco Ari de., 2016. p.4)

Assim sendo, a ética pode ser definida como uma "ciência do comportamento" ou "filosofia da moral", que rege os hábitos e costumes da sociedade e determina padrões de boa conduta a serem seguidos, estando acima do julgamento moral individual que possa vir a ferir os estabelecimentos sociais impostos.

2.1 O surgimento da ética

Tendo em vista a etimologia da palavra, tem-se que o conceito possui origem grega. Com um legado histórico procedente desde 500 a.C, a noção de ética surge na Grécia, o berço da civilização ocidental, durante o considerado "período áureo" do pensamento grego, em meio às diversas discussões que cercavam em torno das questões existenciais e dos conflitos de interesses políticos da época.

Os filósofos gregos buscavam entender variados conceitos abstratos, tais quais o que é o bem, a felicidade, a virtude e o dever. Entre eles, se destacaram pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles, responsáveis pela análise e reflexão sobre o agir do homem e pela formulação de diferentes concepções éticas baseadas nos diferentes aspectos da natureza humana.

A ética grega também influenciou o pensamento ocidental posterior, que incorporou elementos dos mais diversos ramos da ética que viriam a se desenvolver depois, como a ética cristã, baseada na fé, esperança e no amor divino, a ética moderna, representada por Emmanuel Kant e baseada na razão e a atual ética contemporânea, que enfrenta novos desafios e questões relacionadas aos impasses enfrentados pela sociedade atual.

Assim, diante da vastidão de períodos históricos e correntes de pensamento que se destacam por suas notáveis diferenças entre si, exploraremos de maneira abrangente alguns dos ramos fundamentais que compõem o tecido da ética. Nesse sentido, contemplaremos as reflexões e ideias elaboradas por aqueles que se tornaram expoentes significativos em meio às concepções filosóficas que moldaram a compreensão de moralidade e dos princípios que moldam a conduta da sociedade contemporânea.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Os principais pensadores da ética ocidental

Durante a antiguidade, a constante inquietude dos pensadores da época provocou drásticas mudanças na noção de mundo da população grega. Novas teorias e concepções surgiam constantemente e a mudança de paradigma dos mitos à explicação cosmológica evidenciava a iminente substituição do pensamento irrefletido pela utilização da razão (*lógos*) e dos argumentos lógicos para explicar a natureza e os eventos da realidade que ainda não possuíam explicação lógica fundamentada.

Isto posto, percorreremos pelos principais pensadores que influenciaram a cultura ocidental e mudaram o rumo da evolução intelectual e socioeconômica da humanidade. Estes pensadores, muitos dos quais se tornaram pilares de fundamentação da filosofia que conhecemos hoje em dia, desempenharam um papel crucial na formação das bases ideológicas das sociedades contemporâneas.

2.1.1 Sócrates

Sócrates foi pai do debate ético, revolucionou a filosofia antiga e se tornou um dos grandes responsáveis pela formação da tradição ocidental. Ao longo de sua vida, fez indagações pertinentes acerca do comportamento humano e buscou justificativas filosóficas para os conceitos de vícios e virtudes.

Para Sócrates, a Ética reside no conhecimento e o ponto de partida é a consciência do agente moral. Isso significa que, para ele, uma pessoa é ética apenas se sabe o que faz, sendo todo erro um fruto da ignorância e toda virtude um fruto do conhecimento. Ademais, quando o indivíduo se deixa enganar por meros "achismos", comete o mal crendo praticar algo que o leve à felicidade, o fim da ação.

Logo, o indivíduo precisa conhecer-se, saber as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores morais. Aqui fica claro porque é tão importante para ele reconhecer que a maior das

virtudes é saber que nada se sabe e que a maior luta do homem deve ser pela educação.

Sócrates acreditava que a felicidade dependia somente de bens imateriais e, para se chegar a este fim, era fundamental cultivar a virtude controlando sentimentos e ações, uma vez que os sentimentos nos fazem agir por impulso e, nesse caso, não seremos conscientes dos motivos do nosso comportamento.

Nesse contexto, é crucial destacar a perspectiva de Sócrates em relação ao conceito de pecado voluntário, que se mostra profundamente intrincada. Para ele, a noção de que alguém cometeria uma ação prejudicial de maneira consciente e intencional era inaceitável. Sócrates defendia que quem praticava o mal o fazia sob a premissa de que dessa ação seria possível extrair algum tipo de bem, mesmo que essa conexão entre o mal e o bem fosse, em sua essência, equivocada.

Essa visão é resumida na citação de Dinucci (2010, p. 2) que afirma que: "[...] Sócrates considera que a bondade num homem não pode jamais causar o mal a quem quer que seja". Essa convicção fundamenta-se na ideia inabalável de Sócrates de que alguém verdadeiramente virtuoso não pode ser a fonte de aversão para outrem.

Ademais, a concepção socrática transcende a mera abstenção do mal; ela entra no âmbito da realização do bem de maneira intrínseca. Sócrates sustenta a crença de que a bondade genuína, quando compreendida em sua plenitude, é incapaz de originar ações prejudiciais ou malévolas.

Dessa forma, seu pensamento ecoa a ideia de que o conhecimento do bem é intrinsecamente ligado à prática do bem. Em outras palavras, para Sócrates ninguém peca voluntariamente, e quem faz o mal, o faz porque disso espera extrair um bem. Portanto, considera-se impossível conhecer o bem e não o fazer, assim como é impossível fazer o bem quando não o conhecemos.

Assim, a ética socrática assume uma teia de variados princípios interconectados, nos quais a noção de fazer o mal voluntariamente é rejeitada em favor da compreensão das motivações humanas. Consequentemente, a visão socrática reforça a importância da sabedoria e do conhecimento como guias para a conduta moral, e a ideia de que a virtude genuína não pode ser separada do agir

moralmente correto, uma vez que a verdadeira bondade é inerentemente benigna em suas manifestações.

2.1.2 Platão

Platão foi discípulo de Sócrates e responsável por eternizar as ideias do pensador grego em manuscritos. No entanto, Platão também contribuiu com sua própria produção filosófica ao se basear na filosofia de Sócrates para disseminar suas convergências e divergências.

É importante mencionar que, para Platão, o homem é a sua alma, mas sua alma não pertence ao mundo humano. Ela está de passagem entre o mundo das ideias (inteligível) e o mundo concreto (sensível), habitando apenas temporariamente em um corpo. Por isso, o filósofo acredita que só é importante ter uma conduta ética durante a vida humana para disciplinar e aperfeiçoar a alma, que é imortal.

Por acreditar em uma vida depois da morte, Platão prefere o ascetismo ao prazer terreno e até condena a vida voltada exclusivamente para os prazeres. Ele considera a prática da virtude a coisa mais preciosa para o homem. Para o discípulo de Sócrates, é na prática da virtude onde se encontra a felicidade, logo uma pessoa virtuosa, que age corretamente, é uma pessoa feliz.

No entanto, a alma a que se refere Platão se aproxima muito mais do intelecto, do que a noção de alma da cultura ocidental cristã. Ele acreditava que a questão central da ética sobre as formas de vida e "a melhor forma de vida" poderia ser formulada e discutida racionalmente, independentemente das respostas dadas pela tradição e pela religião.

Platão postulou a existência de uma alma tripartite. Essa teoria foi explorada de maneira elaborada em seu livro "A República", onde ele descreveu as três partes da alma - a razão, os apetites concupiscentes (ou desejos) e a irascibilidade colérica (emoções e vontade) - e examinou como essas partes interagem e afetam a conduta humana.

Além disso, o filósofo defende o princípio da proporcionalidade, argumentando que um equilíbrio deve ser mantido entre essas três partes constituintes da alma. Ao mesmo tempo, Platão também sustenta a preeminência da parte racional em relação às outras duas. A teoria da alma também explica o fato de adotarmos comportamentos eticamente incorretos, ou seja, corrigir esses comportamentos requer educação da alma e busca pelo conhecimento do bem.

Torna-se importante mencionar também que, para Platão, nós não nascemos virtuosos, ou seja, a virtude não é inata, mas sim algo que buscamos alcançar enquanto habitamos no mundo sensível para aperfeiçoar a alma antes de transcender ao mundo das ideias. Essa busca prepara a alma para transcender ao mundo das ideias, onde a verdade e a perfeição são alcançadas.

A virtude, então, emerge como um estado de equilíbrio e excelência moral que não é inerente à condição humana inicial. Em vez disso, ela é cultivada por meio da educação, da reflexão e da busca por compreender as representações ideais no mundo das ideias. O objetivo último dessa busca é elevar a alma para além das limitações do mundo sensível, permitindo que ela alcance um estado mais próximo da verdade eterna e da perfeição no mundo inteligível.

2.1.3 Aristóteles

Aristóteles, renomado filósofo grego da antiguidade, emergiu como uma figura que, apesar de ter sido discípulo de Platão, não apenas assimilou as ideias de seu mestre, mas também floresceu em suas próprias reflexões, muitas vezes em desacordo com a abordagem platônica. Em meio a sua teoria ética, propôs o conceito do "meio-termo", que instaurou uma nova perspectiva sobre a virtude e a moralidade.

Ao abraçar essa noção, Aristóteles argumentava que as virtudes morais eram alcançadas não ao se afastar completamente dos desejos e prazeres humanos, mas ao harmonizar esses elementos dentro de limites racionais, ou seja, a virtude seria alcançada ao procurar o ponto de equilíbrio entre o excesso e a deficiência.

Seguindo essa teoria, a virtude está entre dois vícios: o vício por excesso e o vício por deficiência. Um exemplo, para ilustrar, seria a virtude do respeito próprio, que se encontra de um lado com sua presença exagerada resultando no vício da vaidade, e do outro lado com sua total ausência resultando no vício da baixa autoestima. Então, para Aristóteles, todos os sentimentos podem ser sentidos em grau excessivo ou em grau ou insuficiente, e, tanto em um caso quanto no outro, isso é um mal.

Ele vê a felicidade como fim último do ser humano, pois tudo que todos buscam alcançar é para sermos felizes. A felicidade, por ser a melhor coisa humana, o que há de melhor e mais nobre, para Aristóteles não poderia nunca ser deixada ao acaso. Ela seria uma atividade virtuosa da alma, algo divino, sendo os demais bens apenas instrumentos para sua realização.

Então, ele tem uma posição mais realista acerca deste pensamento se comparado a Sócrates e Platão, pois ele acredita que a felicidade, além de depender de virtudes, depende de bens materiais. Segundo o filósofo, a felicidade é uma atividade da alma identificada com a virtude, porém necessita de bens exteriores, pois não é possível realizar atos nobres sem os meios.

E por não poder ser deixada ao acaso, Aristóteles concorda com a ideia de Platão quanto a não nascermos virtuosos, mas sim sermos ensinados a ser virtuosos. Para ele, as virtudes intelectuais devem ser ensinadas e as morais devem ser praticadas de forma a se tornarem quase como uma segunda natureza.

Isso significa que as virtudes intelectuais são o resultado do ensino e, por isso, precisam de experiência e de tempo. Já as virtudes morais são formadas pelo hábito. Nos tornamos virtuosos pela reiteração da conduta, ou seja, a prática das virtudes é um pré-requisito para que se possa adquiri-las. Não basta saber, é preciso praticar.

É válido mencionar que Platão e Aristóteles viam a Ética vinculada à vida Política, sendo esta um meio da Ética, por ser o indivíduo um ser sociopolítico por natureza, ele necessita da vida em comum para alcançar a felicidade. O ser humano não consegue alcançar a plenitude moral sozinho.

Assim, a abordagem de Aristóteles ampliou a compreensão ética ao reconhecer a complexidade das experiências humanas e a necessidade de moderação. Seu enfoque na busca pelo equilíbrio e no cultivo de virtudes proporcionou uma fundação sólida para uma ética mais próxima da vida real, que tem continuado a influenciar pensadores e sistemas éticos ao longo dos séculos, enriquecendo o debate sobre como os seres humanos podem viver uma vida moralmente significativa.

2.2 A ética ao longo da história

Desde as antigas civilizações até os dias hodiernos, múltiplos novos paradigmas surgiram junto ao desenvolvimento e à transformação do pensamento ao longo dos mais de dois mil e quinhentos anos abrangidos pela compreensão da ética. Tamanha evolução é um testemunho vívido da incessante jornada da humanidade em busca de um norte moral que guie, não somente as ações individuais, mas também a coletividade, rumo a um convívio justo e moralmente aceitável.

Dessa maneira, sua viabilização ocorreu em decorrência da constante e profunda reflexão humana acerca do que pode ser considerado certo ou errado e das repetidas tentativas de estabelecer um sistema perfeito em seus julgamentos sem considerar prováveis brechas sistemáticas e falhas humanas.

Serão exploradas, consequentemente, as bases filosóficas que fundamentam essa busca incessante por determinar o que é moralmente correto. À medida que as civilizações se desenvolveram, diferentes épocas deram origem a distintas perspectivas éticas, cada uma refletindo os valores e as preocupações predominantes dos sujeitos de seu tempo.

Nesse contexto, exploraremos as diversas fases da ética, destrinchando as nuances características de cada período e de como seus pensadores, de diferentes tradições e influências culturais, contribuíram para a compreensão, justificação e aplicação desse conceito ao longo dos séculos. Cada fase ética nos oferece um vislumbre único das visões de mundo que moldaram os princípios éticos

e morais de suas respectivas eras, permitindo-nos compreender a linha histórica do desenvolvimento humano através do prisma da ética.

2.2.1 Ética Romana

Diversas obras filosóficas destacaram-se como fontes para o entendimento da ética, incluindo produções de autores como Sêneca, Cícero e Epicteto. Dentre os notáveis filósofos da Roma Antiga, sobressai-se Marcos Túlio Cícero, nascido em 106 a.C., que, durante a ditadura de César, para além de suas reflexões filosóficas, desempenhou papéis como orador, escritor, advogado e político romano e enviou ao seu filho, também nomeado Cícero, então estudante em Atenas, um ensaio sobre ética.

Roma caracterizava-se por inúmeras turbulências políticas, enquanto a República decaía e os problemas internos não paravam ferver.

a República Romana agonizava – e não apenas ela; um modelo de vida pública, uma identidade cultural e moral, também sucumbiam ao poder e às riquezas, às ambições e contradições inerentes a um grande império. Cidade que se tornara senhora do mundo, Roma já então perdia a soberania sobre si mesma, à mercê de indivíduos cuja autoridade repousava em suas legiões. (CICCONE, Leandro, LIAMES DA VIRTUDE – ÉTICA E MORAL NO MUNDO ROMANO, 2005, p. 1)

"No momento em que Júlio César desencadeou a guerra civil que o conduziria à conquista do império, buscou anular seus últimos oponentes, entre os quais se encontrava Cícero" (FOLLADOR, Rosiane, p.5). Sendo, naquela época, senador de destaque na política romana, Cícero, diante da necessidade de abandonar a vida pública, retirou-se para a esfera privada e retomou suas meditações filosóficas.

Em meio a este cenário de caos, Cícero propõe uma discussão filosófica com evidente teor de crítica política. Retoma aos temas abordados por autores clássicos que o antecederam, tais quais Aristóteles, e navega pelos estudos acerca do aparente declínio da República.

Se alguém pode ser definido como símbolo dessa encruzilhada da identidade romana nos estertores da República, do conflito entre

consciência e interesse, ideal e real, certamente esse papel cabe a Marco Túlio Cícero. (CICCONE, Leandro, LIAMES DA VIRTUDE – ÉTICA E MORAL NO MUNDO ROMANO, 2005, p. 1)

Analisando os desafios enfrentados tanto pela população romana ao seu redor, quanto pela sociedade ocidental em geral, Cícero, durante a produção de suas obras, busca discutir a utilidade da ética em meio àquele contexto de crise. Dentre todas as suas obras produzidas, pode-se dizer que as realizadas durante o período de conflito se sobressaíram, considerando um ensaio em especial, que se destacou pelo enfoque em quatro virtudes fundamentais, das quais destaca-se a discussão acerca da utilidade da ética, assim como evidenciado por Ciccone (2005) no seguinte trecho: "se a ética trata, em suma, da honestidade, como praticá-la à luz da utilidade?".

Com base no contexto em que se encontrava inserido, antes de ser meramente um discurso sobre ética, o texto de Cícero configura-se como uma defesa dos princípios e valores republicanos. Em decorrência de sua posição política e filosófica variar constantemente ao longo de sua vida, Cícero era conhecido por adaptar suas opiniões às circunstâncias políticas do momento. Em meio à instabilidade política, Cícero também buscou apoio de figuras aristocráticas, como Pompeu, para proteger a república, que estava sucumbindo diante do avanço das legiões de César. Torna-se possível, portanto, mediante suas considerações, afirmar que defendeu que a aristocracia poderia ser encarada como "uma perspectiva política a que a República Romana, em sua essência e em seus melhores dias, correspondeu de maneira exemplar" (CICCONE, 2005, p. 6).

Levando à análise as bases filosóficas e políticas de Cícero, sua ética baseava-se na busca pela virtude, na promoção da justiça e na importância da comunicação eficaz para influenciar o comportamento humano. Suas obras filosóficas e discursos refletem sua visão de uma sociedade guiada por princípios morais sólidos e pelo compromisso com o bem comum, enquanto alinha-se à moral geral dos romanos, que se configurava como um conjunto de deveres que a própria natureza impunha ao ser humano, tanto pelo respeito a si mesmo quanto pelas relações com os seus semelhantes.

Percebe-se, à vista disso, que a filosofia grega exerceu vasta influência sobre a ética romana. Linhas de pensamento filosófico como o estoicismo e o

epicurismo também tiveram um impacto na maneira como os romanos entendiam a virtude, o bem-estar e o propósito da vida. Os estoicos enfatizavam a autossuficiência, a razão e a virtude como meios de alcançar a felicidade e a paz interior. Os epicuristas, por outro lado, pregavam a busca pelo prazer e pela tranquilidade mental como objetivos éticos.

Assim sendo, os filósofos romanos deste período, de maneira geral, convergiam para a mesma preocupação: a conduta humana, o caráter individual e os costumes. Esses elementos, quando reunidos, eram denominados moral. De maneira análoga, esses filósofos também compartilhavam da crença de que o objetivo primordial das ações humanas residia na virtude em si, na retidão e na honestidade, conceitos próximos aos anteriormente comentados e pertinentes à discussão da ética, abrangendo o discurso moral e individual.

2.2.2 Ética Medieval

Uma das principais características da Ética medieval é o distanciamento das coisas do mundo. De acordo com essa perspectiva, o propósito do ser humano não se encontra neste mundo terreno. Os filósofos medievais argumentavam que o amor a Deus era a condição primordial para que o homem alcançasse a perfeição moral.

Além disso, a Ética medieval enfatiza a valorização da subjetividade humana. Conceitos como liberdade e intenção são destacados nesse contexto. Ao contrário da Ética antiga, que estava profundamente ligada à vida na pólis grega, a Ética cristã coloca ênfase na relação individual entre os seres humanos e Deus.

Essas características fundamentais da Ética medieval cristã revelam sua base filosófica e religiosa e demonstram como ela se diferencia de outras abordagens éticas ao longo da história.

2.2.2.1 As influências da Ética Medieval

A caracterização da Idade Média pelo amorfismo e pelo reducionismo intelectual a uma só voz doutrinária encontra razões em duas imagens de marca: uma, o investimento feito no movimento das Cruzadas em direção à Terra Santa; outra, a emergência da Inquisição e a instituição do seu tribunal. Dois exercícios de

violência que, se por um lado, representam a intolerância da mentalidade dominante em relação a ideias divergentes, por outro, revelam a presença ativa de saberes heterodoxos e práticas religiosas diferenciadas.

Algo de fraturante existia e inquietava bastante, quer a mundividência católica que arrogava o exclusivo da verdade, quer a rígida estrutura feudal que pretendia vincular e controlar as pessoas. Na primeira linha de atenção estava tudo o que se movia fora do horizonte ideológico adotado, tendente a sedimentar-se social e culturalmente, e estavam todas as vontades coletivas e individuais que forjavam ou persistiam em alternativa às organizações instituídas. Logo, a astenia e a horizontalidade da estagnação não picturizam intelectualmente a Idade Média no seu todo. Por extensão, o mesmo raciocínio é válido para a ética: ela não é monocromática nem consensual.

Não obstante, apesar da prevalência da clássica ética das sete virtudes (as teologais e as cardeais) e dos seus valores correlatos, muitas deliberações, decisões e ações tomavam os seus imperativos de outros quadros de referência axiológica que não o da Igreja Católica. Não se pode ignorar a coexistência de uma panóplia de tradições culturais, códigos legislativos, posições casuísticas, máximas normativas, heterodoxias e práticas ocultas que confluíram na Idade Média e conflituam entre si.

Em rigor, esta panóplia não aponta para uma ética, mas para referenciais éticos diversos. Esta ideia de diversidade, aqui defendida, escuda-se num texto de Emanuele Coccia, intitulado 'The teratology of morality, or ethics in the middle ages' (COCCIA, 2012). Aí se argumenta que o desenvolvimento da eticidade é perturbado por muitas variações estruturais, pelo que procurar descortinar a ética de um povo ou de uma sociedade, em determinada época, é tarefa impossível.

Porque a ética (na Idade Média, como em qualquer outra época e diferentemente de outras formas de conhecimento como a metafísica) é um conhecimento compartilhado e disseminado entre os mais diferentes atores sociais; frequentemente tem por objeto não a totalidade dos homens, mas microssociedades distintas; ele se multiplica e tem se transforma em função das situações e dos sujeitos que normatiza (COCCIA, 2012, p.15)

Coccia (2012) aprofunda a argumentação aduzindo três razões articuladas entre si que a seguir se enunciam e comentam sumariamente o seguinte:

Primeira: A ética deixa-se interpretar por muitos pensadores. Em cada época há muitas vozes, provenientes de vários lugares, expressas de formas distintas e privilegiando assuntos diferentes. Se, por exemplo, apenas se admitir que a moralidade do século XIII está expressa nos comentários tomistas à obra de Aristóteles (2007) Ética a Nicómaco, deixam-se no esquecimento outras formas de teorização dentro das universidades e igualmente rigorosas e significativas. Limitar a ética do século XIII ao pensamento de Tomás de Aquino seria, no mínimo, esquecer o seu contemporâneo São Boaventura, também docente na universidade de Paris. Correto é dizer que em cada época se encontra uma textualidade ética heterogênea.

Segunda razão: Do ponto de vista acadêmico, a ética não é uma matéria isolada, de recorte especulativo. Está presente em todas as manifestações da ação humana, o que lhe confere não uma presença difusa, mas uma presencialidade disciplinar transversal. Trata-se de um saber associado à decisão que ativa o agir, o pensar e o sentir e que é apropriado, interpretado, compreendido e desenvolvido por muitos saberes. Basta mencionar a política, educação, retórica, teologia, psicologia, antropologia, medicina, literatura, para configurar um mapa onde cruzam várias linhas de problematização e interpretação. Por conseguinte, a reflexão ética funciona transversalmente e segue códigos normativos que não assentam necessariamente nos mesmos fundamentos.

Terceira e última razão: A ética não é matéria reservada à produção universitária, nem fixa declarações normativas unívocas. Na Idade Média, instituições como os tribunais reais, principados e pontifícios, os mosteiros, as corporações e as famílias regulavam-se por normas particulares, resultando uma produção textual particular. Toma-se por exemplo os espelhos de príncipes (speculum principiis), as regras da vida monástica, os manuais de amor, os tratados de civilidade e os sermões. Todos os textos normativos mostram que na ética medieval confluem vários códigos de proveniência, intencionalidade e extensão diversas, dando conta da pluralidade de perspectivas orientadoras da ação humana.

Assim, qualquer abordagem da ética no período medieval é tarefa que requer dupla prudência: antes de mais, importa reconhecer a existência de um quadro valorativo plural e usar-se o termo 'éticas'; depois, é preferível recortar o campo de abordagem e usar o termo no singular - ética -, sabendo-o insuficiente para cobrir a

realidade da época. Ora dada a necessidade de delimitar a nossa abordagem e de a adequar à proposta expressa para título do texto, admite-se o termo no singular e opta-se por sequenciar pontos que se aproximem duma resposta à pergunta subentendida: qual a importância da ética nos estudos acerca do medievo?

Considera-se que a ética ganha relevância quer com a catequética que ensina como direcionar a ação humana para a retitude cristã com vista à salvação, quer com a universidade, onde surge como disciplina, ou seja, como matéria ensinável e de reflexão. Seja na sua dimensão normativa, moralista e pedagógica, seja na sua dimensão teórica, a ética está presente na Idade Média

Desse modo os filósofos medievais adotaram as teorias éticas antigas que eram compatíveis com a fé cristã. Por essa razão, podemos afirmar que a ética medieval é uma síntese do pensamento filosófico grego com o pensamento cristão.

Os conceitos e princípios éticos da ética grega antiga adotados pelos filósofos medievais são: Felicidade, Alma, Bem, Mal, Virtude e Liberdade. Esses conceitos gregos, juntamente com outros, foram adaptados aos princípios éticos e religiosos do cristianismo, como pecado, graça, salvação, caridade, entre outros.

2.2.2.2 A concepção medieval do homem e o problema do mal

Na concepção dos medievais, o ser humano é compreendido em seu estado de queda devido ao pecado original, cometido por Adão. Devido a isso, a vontade humana tornou-se fraca para cumprir perfeitamente as leis divinas. Mas para alcançar sua salvação, o homem precisa viver uma vida santa.

A ideia de livre arbítrio foi importante para se explicar como o mal poderia existir na criação, sendo Deus um ser infinitamente bom. Agostinho argumenta que a existência do mal decorre da liberdade humana. O ser humano tem a capacidade de escolher se aproximar ou se afastar de Deus. Para Agostinho, o afastamento de Deus é o que constitui o mal.

O mal, que é uma ação contrária à vontade Divina, é definido como pecado. O pecador é aquele cujo corpo domina a alma. Aqueles que vivem no pecado fazem um uso inadequado de sua liberdade, tornando-se escravos, enquanto aqueles que seguem uma vida em conformidade com a vontade de Deus são verdadeiramente livres.

A ideia de livre-arbítrio demonstra a importância da subjetividade humana na ética medieval. Na ética antiga, a liberdade estava relacionada à interação do homem com a sociedade. Já no pensamento cristão, a liberdade é entendida como um meio para o indivíduo agir segundo as normas divinas.

2.2.2.3 Os principais representantes da ética medieval

Na Ética medieval, dois notáveis pensadores desempenham papéis de destaque como seus principais representantes, cada um deles enraizado em influências filosóficas distintas que moldaram suas abordagens éticas.

Santo Agostinho, um filósofo medieval de grande importância, foi profundamente influenciado pela filosofia de Platão. Sua perspectiva ética é profundamente enraizada na tradição cristã, ao passo que advogava a ideia de que o amor a Deus era o caminho fundamental para a verdadeira moralidade e a busca pela felicidade.

Por outro lado, São Tomás de Aquino, frequentemente referido como o Doutor Angélico, construiu sua filosofia ética com base na filosofia de Aristóteles. Ele buscou harmonizar a fé cristã com os princípios racionais aristotélicos, acreditando que a razão humana poderia ser empregada para compreender a moralidade. Para Tomás, a virtude e a razão eram componentes essenciais na busca por uma vida ética.

Agora que temos uma compreensão inicial desses dois eminentes filósofos medievais e suas influências filosóficas distintas, a seguir, discorreremos de maneira mais detalhada sobre as contribuições e perspectivas éticas de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

2.2.2.4 A ética Deontológica de Agostinho

O termo Deontologia é fruto da união das palavras gregas "déon, déontos" que quer dizer dever e "lógos" que significa discurso ou tratado. Deontologia é um ramo da filosofia moral que compreende a ciência do dever e da obrigação. Trata-se de uma teoria sobre as escolhas dos indivíduos. Tais escolhas estão sujeitas a

julgamento moral que determina como se deve agir a fim de alcançar a plena probidade de conduta. O termo deontologia foi criado no ano de 1834, pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, para conceituar o ramo da ética cujo objeto de estudo consiste nos fundamentos do dever e das normas. Trata-se da chamada "Teoria do Dever".

A ética deontológica em Santo Agostinho situa Deus como a fonte, a origem dos mandamentos éticos universais que devem nortear a vida do homem na Cidade Terrenal. A moral, portanto, é consubstanciada na figura de Deus e seu caráter, demonstrado nas leis do decálogo, é premissa maior por meio da qual o Criador demonstra ao homem como deve ele, enquanto criatura, agir para alcançar a virtude. Nesse sentido afirma Santo Agostinho que "a moralidade de um ato não depende de suas consequências nem das suas causas, nem da sua natureza, mas somente de que esteja de acordo com a vontade de Deus."

Sendo Deus o Criador, onisciente, onipresente e onipotente, insuscetível a erro, constante e fonte de todo bem, seus ditames enunciados nas Escrituras Sagradas não devem ser alvo de críticas ou questionamentos por parte do homem, mera criatura.

Segundo a ética de deontologia de Santo Agostinho, Deus determina e dá causa à moralidade das ações praticadas pelo indivíduo. É importante salientar que, enquanto teoria teológica, há que se esperar da ética em Santo Agostinho, uma carga de julgamento moral segundo valores pré-concebidos. Nota-se que o fim último da ação na ética religiosa se confunde com a vontade de Deus expressa nos Textos Sagrados ou nos próprios ditames da Igreja.

Há, por oportuno, que se mencionar que todas as características acima expostas afeitas ao pensamento ético religioso teológico e, portanto presentes na Ética Agostiniana vêm, contudo, acompanhadas, numa tentativa de conciliação, com o cabedal ético dos gregos. A grande dificuldade enfrentada por Agostinho quando desse empreendimento reside na conceituação da virtude. Veja-se que em tempos homéricos, "a virtude [...] significava o mais alto ideal cavalheiresco aliado a uma conduta cortesã e ao heroísmo guerreiro ", e em Sócrates virtude era "ser o que realmente deseja parecer".

Nesse sentido, sabe-se que os referidos pensadores valorizam em demasia especialmente quatro virtudes: a prudência, a justiça, a temperança e a fortaleza. Embora reconheça, Agostinho, o valor de cada uma delas, considera que as mesmas não são transportáveis para dentro da ética e da moral cristãs visto que para a deontologia cristã antes de quaisquer outras virtudes existiam as teológicas que provém da própria figura de Deus, quais sejam a fé, o amor e a esperança. Essas virtudes superam quaisquer outras. Por vezes foi, Santo Agostinho, alvo de críticas por aqueles que consideraram filosofia (e ética) e religião de difícil conciliação.

É imperioso concluir que não foi, para Santo Agostinho, uma tarefa fácil harmonizar a filosofia e a ética gregas que fortemente o influenciaram durante os primeiros anos de estudo com os valores éticos e morais cristãos assimilados após sua conversão. Árdua foi, também, a tarefa de teorizar acerca de uma teologia ainda nascitura e desenvolver um discurso dirigido a uma sociedade complexa, desenvolvida, que muito herdara da sabedoria e do pensamento grego e, principalmente, milenarmente politeísta. O mérito de Santo Agostinho consiste em ter se tornado um verdadeiro estadista eclesiástico que se empenhou em teologizar para a Igreja Cristã sob uma perspectiva não meramente existencial ou metafísica.

É certo que Santo Agostinho inaugurou o pensamento segundo o qual o amor a Deus consiste na clara divisão entre o bem e o mal. O Bispo de Hipona foi capaz de idealizar a conduta de homem cidadão, súdito cristão que alcançaria a virtude subordinando todo e qualquer princípio teologais estabelecidos por Deus e dispostos no Evangelho Sagrado.

O conceito ético mais importante no pensamento de Santo Agostinho é o do livre-arbítrio. Deus concedeu ao ser humano o dom da liberdade. As ações humanas não são determinadas por um destino fatal, mas sim pela vontade individual.

2.2.2.5 Tomás de Aquino

É necessário lembrar – e enfaticamente – que a ética de Tomás é uma ética do ser, da autorrealização do homem. O homem de hoje tem dificuldade para compreender essa moral porque, desligado do ser – e essa "desatualidade" de Tomás é também sua profunda atualidade –, ao pensar em moral, costuma imaginar

alguma coisa ligada a regras e proibições, imposições mais ou menos incômodas e arbitrárias procedentes dos pais, professores, ministros religiosos, enfim, limitações à liberdade feitas pela sociedade. Totalmente outra é a concepção de Tomás.

Ele nem sequer poderia conceber a moral como algo imposto, nem como "assunto reservado a religiosos" e, menos ainda, como algo constrangedor ou repressivo da liberdade humana! O que ele diz, sim, é que a moral é o ser do homem, doutrina sobre o que o homem é e está chamado a ser. Sim, porque, para Tomás, a moral é entendida como um processo de autorrealização do homem; um processo levado a cabo livre e responsavelmente e que incide sobre o nível mais fundamental.

É o que significa, por exemplo, a caracterização, tantas vezes por ele repetida, da virtude como ultimum potentiae. "Quando, porém, se trata da moral, a ação humana é vista como afetando, não um aspecto particular, mas a totalidade do ser do homem...ela diz respeito ao que se é enquanto homem". Note-se que estamos caracterizando a ética falando de realização (no singular), e não de realizações (plural) nos diversos aspectos setoriais da vida: financeiro, saúde, status, etc... Pois a ética diz respeito precisamente à realização; realização não deste ou daquele aspecto parcial, mas a que afeta a totalidade, o que se é enquanto homem.

Tomás tem da ética uma visão profunda e orgânica, que deriva da própria natureza do ser humano. Nesse sentido, é interessante observar que o Aquinate afirma diversas vezes que a Criação é obra de toda a Santíssima Trindade e que constitui uma união de ser, verdade e bem que espelha a Unidade das três Pessoas divinas: Pai, Filho e Espírito Santo. "Deus Pai opera a Criação pelo seu Verbo, que é o Filho, e pelo seu Amor, que é o Espírito Santo".

Assim, o ato de criar, de "conferir o ser" está unido ao Pensamento divino, ao Logos, ao Verbo que, juntamente com o ser, dá "verdade" e inteligibilidade à criatura: ao criá-la, dota-a daquela natureza, daquele modo de ser, que pode ser objeto de análise racional.

2.2.3 Ética Moderna

As principais características da ética moderna são a defesa da autonomia intelectual e moral dos indivíduos; ética baseada na razão, ausência de vínculo com a religião, em harmonia com a natureza humana e os principais representantes da ética moderna. Dentre aqueles que mais se destacaram sobre a ética na era moderna temos:

2.2.3.1 David Hume

David Hume, filósofo escocês, foi um empirista crítico do racionalismo cartesiano, com notável contribuição nos debates sobre o conhecimento humano e a ética moderna. Hume escreveu uma obra chamada Tratado da natureza humana, onde elabora sua teoria ética.

De acordo com Hume, a vontade é determinada pelas paixões, não pela razão. Nossas ações morais estão ligadas aos sentimentos de aprovação ou reprovação, bem como às sensações de prazer, dor e remorso. Portanto, a razão lida apenas com aquilo que pode ser determinado verdadeiro ou falso, elaborando juízos de fatos, enquanto os atos morais exigem juízos de valor.

2.2.3.2 Immanuel Kant

Kant rejeitou os princípios da ética grega antiga e da ética medieval cristã — que sustentavam que a ação humana deveria ser guiada pela busca da felicidade, prazer ou pela obediência a Deus — e estabeleceu uma ética na qual o ser humano deveria agir simplesmente por dever, e não por recompensas ou punições divinas.

Para os iluministas — movimento intelectual do século XVIII — o ser humano deveria orientar sua vida pela luz da razão, em vez de seguir opiniões filosóficas dominantes ou tradições religiosas.

Immanuel Kant, um dos principais expoentes do Iluminismo e da ética moderna, fundamentou sua ética na defesa da autonomia dos indivíduos. Em suas obras Crítica da Razão Prática e Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant sustenta que a razão humana é legisladora, capaz de estabelecer regras morais universais, uma vez que todos os seres humanos compartilham a razão em comum. As normas morais devem derivar da razão e somente dela.

2.2.3.3 Imperativo Categórico

Kant defende que as regras morais devem ser seguidas por dever. Aqueles que aderem a normas éticas estão cumprindo o que a razão humana determinou como correto. Em Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant afirma: "Age segunda uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal"

Kant chamou essa máxima de imperativo categórico, pois o indivíduo deve obedecê-lo obrigatoriamente em todas as situações, uma vez que deriva da razão e nos permite orientar nossas ações.

2.2.3.4 Os tipos de imperativos

Imperativo hipotético: impõe uma ação específica como meio para alcançar um fim, como, por exemplo, prazer, felicidade, entre outros.

Imperativo categórico: implica em uma ação necessária em si, ou seja, a ação é intrinsecamente boa, não visando a outro objetivo.

2.2.3.5 O princípio de universalização

As ações humanas devem ser avaliadas de acordo com o princípio de universalização, isto é, devemos refletir se a ação em questão poderia ser adotada por todos sem prejudicar a humanidade. Caso não seja possível universalizá-la, não será considerada moralmente correta.

A ética kantiana é chamada ética formalista, por determinar o dever como regra universal sem considerar a situação ou condição concreta de cada indivíduo.

2.2.3.6 John Stuart Mill e Bentham

A ética utilitarista, criada e desenvolvida pelos filósofos Jeremy Bentham e Stuart Mill, estabelece que o bem é aquilo que possibilita a felicidade, afastando da dor e sofrimento. Esses filósofos defendiam que a ética deveria ser considerada em seu aspecto social.

A noção ética de felicidade e bem-estar deveria ser compreendida como aquilo que beneficia o maior número de pessoas. Esta ética assemelha-se ao

princípio hedonista que defende a busca do prazer. No entanto, o utilitarismo enfatiza a importância do social. Stuart Mill criticou as teorias egoístas, muito difundidas pelos liberais clássicos. Por isso ele defende um liberalismo de natureza mais democrática.

2.2.4 Ética Contemporânea

A ética contemporânea emerge em um período de novidades constantes na ciência, na tecnologia e em mudanças sociais profundas. O fenômeno da globalização e as inovações tecnológicas quebram os antigos bloqueios à informação, potencializando as ações humanas e, consequentemente, os dilemas morais que muito provavelmente viriam a surgir. Este contexto dinâmico, portanto, desafia as concepções tradicionais de ética, incentivando uma reavaliação das noções de bem e mal, justo e injusto, e a forma com a qual lidamos com a moral sob novas perspectivas.

Para configurar uma realidade política e ética urgente e sempre presente atualmente, obriga-se a buscar um fundamento adequado para um corpo político mundial, para comportar a infinidade de individualidades e grupos que coabitam esse mundo, e que já não se enquadram dentro de fronteiras definidas. [...] precisamos de instrumentos para agir num mundo globalizado, que transcenda o entendimento das leis locais, requisitando, agora, instrumentos que nos direcionem para o universal. (FREIRE, Roberto, ÉTICA E POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS, 2021, p.24)

No âmbito filosófico, a ética contemporânea se destaca pela sua oposição às concepções metafísicas e abstratas da natureza humana. Em vez de se basear majoritariamente em ideias abstratas, essa nova ética procura entender o ser humano em sua complexidade, subjetividade e volatilidade mediante aos diferentes estados impostos devido às constantes mudanças de contexto histórico.

Agora reconhecendo a presença do irracional no comportamento humano, a ética contemporânea toma a contramão do racionalismo absoluto e incorpora a ideia de que o ser humano não mais resume-se a uma abstração universal desvinculada da realidade. Cada ser humano possui suas particularidades e expressões únicas de pensamento e, mais profundamente, moral.

De acordo com Freire (2021), "[...] o mundo que rodeia o homem contemporâneo não o move a se limitar em nenhum sentido, não lhe apresenta veto

nem contenção alguma, mas, pelo contrário, fustiga seus apetites, que, em princípio podem crescer indefinidamente", reiterando, assim, a concepção de que é impossível desprezar o fenômeno das transformações contemporâneas na massa populacional, que se expande cada vez mais e vem se incorporando a, não só os novos, mas antigos conceitos de ética desenvolvimentos ao longo da história humana.

Vejamos, pois, alguns dos pensadores, movimentos e correntes de pensamento que se expandiram ante a imersão da Ética Contemporânea e integraram-se no contexto social moderno à vista de sua necessidade e eficiência em contemplar as situações enfrentadas pela sociedade contemporânea.

2.2.4.1 Existencialismo cristão e ateísta

A dicotomia entre o existencialismo cristão e ateu se dá entre as obras do filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard e os pensamentos do pensador francês Jean-Paul Sartre, que divergiram grotescamente entre si ao mesmo tempo que compartilharam a ideia magna acerca do que se trata a existência humana e suas implicações.

Detendo-se inicialmente ao existencialismo cristão, a abordagem dessa escola de pensamento remonta à filosofia medieval e, consequentemente, às obras de Santo Agostinho, tendo em vista que muitos diálogos advindos do período abordaram questões existenciais. Assim sendo, o existencialismo cristão conserva-se em compreender o Cristianismo de Kierkegaard, que argumentava que o universo é fundamentalmente paradoxal e seu maior paradoxo é o conceito da união da infinita complexidade de Deus com o ser humano terreno, por meio da figura de Jesus Cristo.

Mediante esse paradoxo, o filósofo argumenta que ter um relacionamento pessoal com Deus supera toda e qualquer norma moral própria que se estabeleça, pois, as estruturas sociais e as normas comuns estabelecidas são facilmente superadas pela força superior divina e seguir tais condições sociais não passam de escolha estética pessoal dos indivíduos que a fazem.

Kierkegaard propôs que cada indivíduo deve buscar realizar suas escolhas individualmente, compreendendo, assim, o conceito de existência. Portanto, cada

indivíduo é uma entidade única e autônoma, impossível de ser enquadrada em uma análise sistemática. Ademais, em conjuntura à autonomia humana, de nada basta tentar mudar a superioridade divina, visto que "[...] A função da oração não é influenciar Deus, mas especialmente mudar a natureza daquele que ora." (KIERKEGAARD, Soren, Discursos Edificantes em Vários Espíritos, 2018).

O filósofo também advogou a concepção de que cada indivíduo habita um dos três estágios (ou planos) de existência: o estético, o ético e o religioso. De acordo com sua análise, a maioria das pessoas leva uma vida estética, onde somente a aparência, o prazer e a felicidade têm relevância. Nessa esfera, as pessoas se conformam com os desejos predominantes e seguem as convenções sociais. Kierkegaard também reconheceu a escolha pessoal de violar as normas sociais por razões individuais (como buscar fama ou uma reputação de rebeldia) como uma expressão estética.

Em sua concepção, somente um grupo mais restrito é composto por aqueles que vivem na esfera ética, dedicando-se ao esforço de fazer o que é moralmente correto e desconsiderando as superficialidades e ideias da sociedade. No entanto, além das duas esferas consideradas inferiores, uma, de acordo com Kierkegaard, se destaca, sendo esta a da fé. Para alcançar essa esfera, ele argumenta que é necessário dedicar-se completamente a Deus, oferecendo a totalidade de si mesmo a essa fé transcendental e deixando de lado as preocupações meramente terrenas.

Em contrapartida, mesmo retomando, em certos aspectos, a filosofia individualista de Kierkegaard, Jean-Paul Sartre sustenta a ideia de que Deus não existe e tal concepção deve ser conservada até as últimas e mais extremas consequências possíveis. Desse modo, tendo a inexistência de Deus definida, o ser humano é capaz de desfrutar de liberdade absoluta para moldar seu próprio caráter.

A liberdade humana emerge como a única fonte de significado e valor. Cada indivíduo, mediante sua livre escolha, cria o próprio conjunto de valores, visto que, em um mundo onde não há valores objetivos, cada um de nós assume a responsabilidade de forjar o próprio sistema de valores. Outrossim, apesar de manter foco semelhante ao de Kierkegaard no indivíduo, Sartre reconhece não só a importância individual, como também a coletiva, afirmando que a liberdade do próximo deve ser levada em conta.

Vendo convergências de sua teoria existencialista com o Marxismo, Sartre demonstrou um interesse considerável pelo movimento em suas obras. O principal ponto de aproximação entre Sartre e o marxismo foi o foco nas questões sociais e na luta contra a opressão, tendo em vista sua defesa a idealização da liberdade individual como algo intrinsecamente ligado à justiça social.

Portanto, entende-se que ambas as abordagens oferecem uma profunda reflexão sobre a condição humana e a necessidade de confrontar a realidade da existência. Elas remontam à abstração de que a vida humana é complexa e multifacetada, e que a busca por significado e autenticidade é uma jornada pessoal e existencial que desafia cada indivíduo, independentemente de suas crenças.

2.2.4.1 Marxismo

Adentrando o conceito do marxismo, temos a constante ênfase na consideração do ser humano como ser concreto em sua dimensão ontológica, e, mesmo que os principais pensadores da corrente, Marx e Engels, não tenham escrito nenhuma obra exclusivamente dedicada à Ética, seus pensamentos buscaram explicar e criticar os conceitos morais praticados tanto no passado quanto no presente relativo ao contexto histórico da primeira revolução industrial.

Mesmo tendo influenciado o pensamento de outros pensadores do mesmo período, não é possível acoplar algum tipo de ética, propriamente dita, aos diálogos de Marx, visto que é "[...] evidente o fato de que não existe uma tal proposição moral já estabelecida na obra de Marx" (ALBINATI, A. S. C. B. Marxismo e ética. Cadernos de Ética e Filosofia Política, 2008, p. 9), no entanto, é correto dizer que suas críticas direcionadas à classe dominante e à sua moral abriram espaço para o desenvolvimento de novos conceitos éticos e são responsáveis por influenciar as teorias de pensadores até os dias de hoje.

2.2.4.1 Pragmatismo

O pragmatismo é uma corrente filosófica que enfatiza a importância da experiência, da ação e das consequências práticas na determinação da verdade e da moralidade. No contexto da ética contemporânea, destacou-se por, assim como

as outras correntes da ética contemporânea, rejeitar a ideia de que existem princípios éticos absolutos e universais que podem ser descobertos de maneira direta e objetiva. De maneira oposta, os pragmatistas veem a ética como um empreendimento em constante mudança e evolução, moldado pela experiência humana e pela ação prática.

Em conjuntura, tem-se o conceito de Consequencialismo, o qual abraça a abordagem de que a ética avalia a moralidade das ações com base em suas consequências práticas, tendo em conta a busca por aquilo que é útil para a vida humana, e, consequentemente bom por ter sido capaz de auxiliar o indivíduo em decorrência de sua prática ser resultante em sucesso pessoal. Dessarte, seus pensadores, tendo em destaque Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey, influenciaram significativamente a ética contemporânea, promovendo uma abordagem mais flexível, contextual e orientada para a ação na consideração dos problemas éticos.

Logo, em resumo, vimos que a ética contemporânea e suas variadas influências, ao questionar normas e valores tradicionais à luz das mudanças sociais, tecnológicas e culturais, incentivou a adaptação das estruturas éticas às necessidades em constante evolução da sociedade. Portanto, vindo a desempenhar um papel vital ao impulsionar a evolução da ética, a ética contemporânea de modo geral evidencia-se relevante e de aplicabilidade extremamente necessária em um mundo de constante mudança.

3 CONCLUSÃO

Desde os primórdios da filosofia até os dias atuais, a ética tem desempenhado um papel fundamental na compreensão da moralidade humana e na orientação das ações individuais e coletivas. Tendo provado ser além de uma mera disciplina filosófica abstrata, a ética demonstrou como pode ser um campo de estudo intrinsecamente ligado às questões humanas mais profundas. Ao longo das eras, tem moldado o tecido moral das sociedades e servido como bússola indispensável à trajetória humana, a qual orienta as escolhas e ações e nos convida a considerar não apenas nossos interesses individuais, mas também o impacto coletivo de nossas ações.

Desde a Grécia antiga, com as reflexões de Sócrates, Platão e Aristóteles, até as complexas abordagens da ética contemporânea, a busca por um entendimento mais profundo sobre o que é certo e justo tem sido uma constante na história do pensamento humano. Através dos séculos, a ética evoluiu e se adaptou às transformações sociais, culturais e políticas demandadas pela sociedade em constante aperfeiçoamento. As éticas grega, romana, medieval, moderna e contemporânea demonstram como diferentes épocas influenciaram a maneira como percebemos o comportamento ético e os valores que sustentam nossa conduta.

No contexto sociocultural contemporâneo, a ética assume um papel ainda mais relevante. Em um mundo cada vez mais interconectado e complexo, principalmente após o advento da computação, as questões éticas permeiam todas as esferas da sociedade, desde a educação à política, do meio ambiente à saúde. É essencial, portanto, ter entendimento acerca das origens da ética, absorvendo as lições dos pensadores do passado e aplicando esses princípios à nossa realidade.

Em última análise, podemos afirmar que a ética é um guia valioso para a tomada de decisões conscientes e responsáveis, tanto em nível individual quanto coletivo. Ao longo dos séculos, o pensamento da população global evoluiu e adaptou-se às novas demandas que surgiam e surgem hoje em dia. É por meio do estudo das características e das contribuições dos principais representantes éticos ao longo da história, pois, que somos incentivados a continuar aprimorando nossas próprias perspectivas morais e éticas, a fim de contribuir para um mundo mais justo e ético, como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos ao longo deste trabalho a progressão da ética e as implicações que os desdobramentos desse contínuo desenvolvimento causaram na sociedade como um todo. Assim como com a ética, o avanço do desenvolvimento tecnológico transformou profundamente o meio social e foi responsável por diversos movimentos, reestruturações e, consequentemente, conflitos que precisam ser estudados e mitigados.

No contexto atual, em meio a tamanha informatização do corpo social, vemos todos os dias, tanto em atividades simples e triviais, quanto em cenários mais complexos, como o mercado de trabalho, as mais diversas mudanças estruturais e implementações das novas tecnologias hoje. Não bastasse a revolução provocada com o surgimento das máquinas mecanizadas e dos computadores, a condição em que estamos hoje como sociedade, com o advento da internet, possibilita que a quantidade de mudanças e adequações necessárias sejam exponencialmente maiores e mais frequentes.

Esta problemática evidencia-se relevante ao observarmos, por exemplo, a velocidade com a qual crianças e adolescentes aprendem a utilizar os novos recursos e consomem conteúdo nos dias de hoje. Empresas atualmente consideradas big techs como Google, Meta e Microsoft, aproveitam-se da ignorância e das fraquezas, tanto de jovens como de adultos, para lucrar em relação aos usuários que concedem seu tempo e dados para livre e irrestrita utilização por tais empresas.

São neste e outros contextos que a ética abrange papel de extrema importância para o estudo e o combatimento das medidas desumanas e invasivas praticadas pelas mais diversas instituições no contexto sociocultural contemporâneo. Ter ciência de como funciona o comportamento e de como as decisões individuais são tomadas com base na moral auxiliam a criação de teses que postulam os argumentos necessários para o debate de ações necessárias para o abrandamento dos abusos realizados de maneira proposital em razão da deturpação dos preceitos morais e éticos necessários para o bom convívio.

Assim, vimos como a necessidade do estudo da ética não se dá somente na área da filosofia, mas também em todos os outros ramos do conhecimento que progridem e sofrem transformações que afetam a coletividade e exigem novos

acordos éticos que impliquem em reformulações morais individuais. Desse modo, questões envolvendo situações como o uso irrestrito de dados pessoais, o surgimento de algoritmos de aprendizagem de máquina que podem discriminar ou perpetuar preconceitos, a substituição de empregos por automações e a responsabilidade moral de empresas de tecnologia são somente algumas das infinitas possibilidades de transformações que podem vir à tona, impactando a sociedade como um todo.

Assim sendo, à medida que a tecnologia avança, e, consequentemente, novos dilemas éticos computacionais surgem, lidar com esses desafios exige constante evolução. Portanto, explorar a ética e torná-la inerente ao processo de investigação dos problemas sociais pertencentes à sociedade é essencial para garantir que o progresso tecnológico seja acompanhado de cuidadosas ponderações das possíveis implicações éticas envolvidas.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, A. M. **Ética: origens e distinção da moral**. Saúde Ética & Justiça, [S. I.], v. 13, n. 1, p. 1-9, 2008. DOI: 10.11606/issn.2317-2770.v13i1p1-9. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/44359. Acesso em: 11 ago. 2023.

CAMPS, Victoria et al. Historia de la ética. Crítica, 1992.

CHEVALIER, Jacques. Histoire de la Penseé, Tome I, 1955.

ARISTOTLE [1962]. **Nicomachean Ethics**. Trad. Martin Ostwald. Indianapolis: Bobbs-Merrill.

FERREIRA, Tássia Fernandes; ANDRADE, Francisco Ari de. Os conceitos de moral e ética e a importância dessa compreensão docente no contexto educacional. Fortaleza: Edições UFC, 2016

LA TAILLE, Yves de. **Em busca dos valores morais e éticos**. Revita Direcional Escolas – Ed. 05, jun, 2005. Entrevista. Disponível em: http://direcionalescolas.com.br/2005/06/21/entrevista-yves-de-la-taille/ Acesso em: 11 ago. 2023.

LA TAILLE, Yves de., **Moral e ética: Dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CRUZ, J. S. Ética das virtudes: em busca da excelência. Revista de Medicina, [S. I.], v. 99, n. 6, p. 591-600, 2020. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v99i6p591-600. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/173129. Acesso em: 13 ago. 2023.

WANCOCK, Mayara. **A Ética socrática, platônica e aristotélica**. Disponível em: https://medium.com/mayarawancok/a-ética-socrática-platônica-e-aristotélica-b38f970 0ff1b. Acesso em 14 ago. 2023

DINUCCI, Aldo, Teologia, Ética e Racionalidade em Sócrates, 2010.

FREIRE, Roberto, ÉTICA E POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS, Cuiabá-MT, 2021

KIERKEGAARD, Soren, **Discursos Edificantes em Vários Espíritos**. São Paulo: Editora Liber Ars, 2018.

ALBINATI, A. S. C. B. Marxismo e ética. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S. I.], v. 2, n. 13, p. 17-42, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/83381 Acesso em: 19 ago. 2023.

VIEIRA, Sadoque. **Ética contemporânea**. Filosofia do Início, 2023. Disponível em: https://filosofiadoinicio.com/etica-contemporanea/. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

SANTOS, Maria Tereza. **A ética nos estudos acerca do medievo**. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012020000100115

AGOSTINHO, S. (1887). **De catechizandis rudibus liber unus**. In J. P. Migne (Ed.), Sancti Augustini, Hipponensis Episcopi Opera Omnia, Post Lovaniensium Theologorum Recensionem, Patrologiae Latinae (Tomo XL, p. 309-348). Paris, FR: J. P. Migne.

AGOSTINHO, S. (1993). **Cidade de Deus** (Vol. 3, J. Pereira, Trad.). Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian.

AGOSTINHO, S. (2007). **As confissões de S. Agostinho** [Conf.] (J. Ross, Trad.). Covilhã, PT: Universidade da Beira Interior.

AMBRÓSIO, M. (1845). De officiis ministrorum. In J. P. Migne (Ed.), **Patrologia latina cursus completus** (Tomo XVI, p. 340-397). Paris, FR: J.P. Migne.

RICOUER, P. (1984). **Fondements de l'éthique**. Autres Temps. Les cahiers du christianisme social, 1(3), 61-71. Doi: 10.3406/chris.1984.956

COCCIA, Emanuele. The teratology of morality, or ethics in the middle ages, 2012.

TEIXEIRA, Cézar & SILVA, Antonio Wardison C. **Premissas do pensamentos éticos de Tomás de Aquino**. Disponível em: https://scintilla.fae.emnuvens.com.br

VIEIRA, Sadoque. **Ética moderna. Filosofia do Início**, 2021. Disponível em: https://filosofiadoinicio.com/etica-moderna/. Acesso em: 20 de ago. de 2023.